
**POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS PARA ESTUDANTES INDÍGENAS NOS
CURSOS DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – CAMPUS
PORTO ALEGRE: ESTRATÉGIAS DE INGRESSO E PERMANÊNCIA**

Cinara dos Santos Costa

PPGDS/UNESC

Kelly Gianezini

PPGDS/UNESC

A democratização da educação no Brasil tem sido um processo antagônico pois é visto em alguns momentos como meio de distanciar ainda mais as classes sociais e, por outro lado acredita-se que o acesso à educação possibilita a inclusão social e a independência socioeconômica e cultural de grupos menos favorecidos. A partir de muitas lutas de segmentos historicamente apartados da sociedade é que as políticas de ações afirmativas de acesso tomaram forma. A origem do termo ações afirmativas são divergentes. Alguns autores afirmam que surgiu nos Estados Unidos da América (MOEHLECKE, 2002) e outros nos países da Europa Ocidental, como a Índia (FERES, 2010). Considerando esse contexto de lutas e o convívio dos povos originários, seus saberes históricos e culturais com os não-indígenas pretendem-se investigar no Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre: Como se dará a permanência destes estudantes que chegam nos cursos para novas vivências? Que estratégias pedagógicas podem ser adotadas para tornar o espaço escolar algo menos distante dos hábitos da comunidade a fim de evitar a evasão escolar? Com base nesses questionamentos justifica-se a problemática da pesquisa partindo das propostas previstas no documento intitulado: “Ações Afirmativas e a Política de Cotas Raciais dentro do IFRS”, na Resolução Nº 023, de 23 de abril de 2019 que garante duas vagas suplementares por curso, além das já ofertadas. Assim, por ser servidora da Instituição, participar da comissão que elaborou esse documento e coordenar o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena (NEABI), o objetivo dessa pesquisa será de analisar o processo de permanência de estudantes indígenas que ingressaram nos Cursos seja por cotas ou pelo processo seletivo especial; compreender as políticas

de acesso para os indígenas no âmbito do da Instituição; acompanhar projetos de ações afirmativas em busca de estratégias para aproximar as culturas indígenas e não indígenas. Recentemente, como demanda do NEABI – Porto Alegre, foi construído coletivamente entre a reitoria e ações afirmativas de alguns *campi*, dentre eles o demandante, a Instrução Normativa 08/2020 denominada Plano Educacional Individualizado – PEI Indígena que estabelece os fluxos e procedimentos de acompanhamento do processo ensinoaprendizagem dos estudantes indígenas. Como contribuição, os Núcleos buscam “coletar e registrar informações sobre o estudante referentes a aspectos socioculturais, escolarização pregressa, língua, cosmovisão” a fim de auxiliar o corpo docente no preenchimento do documento. A pesquisa será realizada no âmbito do Campus Porto Alegre analisando a Política das Ações Afirmativas do IFRS, bem como os documentos pertinentes a temática e o acompanhamento do NEABI nas atividades propostas. Ao pensar na tipologia da pesquisa será considerada: a análise documental, os projetos em andamento na instituição, as ações pensadas para o ingresso, a permanência do público alvo. Assim, a metodologia será de abordagem não experimental, do tipo qualitativa, pois com base em Minayo (2006) não há uma escala hierárquica entre o caráter quantitativo e qualitativo da pesquisa. A abordagem qualitativa retrata os significados portanto não é visível, precisa ser exposta e interpretada. Segundo a autora, o processo de trabalho científico na pesquisa qualitativa pode ser dividido em: fase exploratória, trabalho de campo e análise e tratamento do material empírico e documental. Assim, tais estudos visam amenizar o choque cultural para aqueles estudantes que deixam suas aldeias e migram para os centros urbanos a fim de conhecer a cultura do “homem branco”.

Palavras-chave: Políticas públicas, Povos originários, Cotas raciais.

REFERÊNCIAS

FÉRES JÚNIOR, João. Aspectos normativos e legais das políticas ação afirmativa. In: FÉRES JÚNIOR, João; ZONINSEIN, João (Org.). **Ação afirmativa e universidade:** experiências nacionais comparadas. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

IFRS. **Resolução nº 022, de 25 de fevereiro de 2014.** Política de Ações Afirmativas do IFRS. 2014. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2017/09/resolucao-22-14.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.

IFRS. **Resolução nº 023, de 23 de abril de 2019.** Política para ingresso e permanência de estudantes indígenas. 2019. Disponível em: https://ifrs.edu.br/wpcontent/uploads/2019/04/Resolucao_023_19_Aprova_Politica_Ingresso_Indigena_IFRS_completa.pdf. Acesso em: 9 abr. 2021.

IFRS. **Instrução normativa PROEN nº 08, de 05 de novembro de 2020.** Regulamenta os fluxos e procedimentos de acompanhamento e realização do Plano Educacional Individualizado (PEI) para os estudantes indígenas do IFRS.2020. Disponível em: <https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2020/11/IN-PEIIndi%CC%81gena.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2021.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento.** 9a ed., São Paulo: Hucitec, 2006.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação afirmativa:** história e debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 197-217, nov. 2002